

**HABEAS CORPUS Nº 547.087 - RS (2019/0349644-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : RAFAEL GUERREIRO NORONHA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : RAFAEL GUERREIRO NORONHA - RS091165  
PABLO RICARDO ABOAL CUÑA - RS091173  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : DOUGLAS ELIAS LEANDRO DE JESUS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DOUGLAS ELIAS LEANDRO DE JESUS, em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 309):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA.

AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. ENTENDIMENTO JÁ PACIFICADO PELO STJ. IDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO.

INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. ABALO DA ORDEM PÚBLICA. EFETIVA NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decreta em 8/7/2019 e cumprida em 10/9/2019, sendo denunciado pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/2006 e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sustenta o impetrante, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, ausência de audiência de custódia, excesso de prazo para encerramento da instrução e ausência de contemporaneidade.

Requer, liminarmente, a expedição do alvará de soltura, e no mérito, a procedência da ação.

Na origem, o processo n. 0005665-66.2019.8.21.0132 encontra-se na fase de defesa preliminar, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 21/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

As matérias relativa à ausência de contemporaneidade e excesso de prazo para encerramento da instrução não foram objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 309/316. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Em relação à ausência da audiência de custódia, o entendimento majoritário desta Sexta Turma é no sentido de que sua não realização não enseja nulidade da prisão preventiva em que posteriormente convertida, pois observadas as outras garantias processuais e constitucionais, restando então superado o exame desse tema (AgRg no HC 353.887/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 07/06/2016; RHC 76.906/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016; RHC 63632/PR, Rel. Min. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 18/11/2016).

Fiquei vencido nos precedentes citados e permaneço com igual compreensão. É a audiência de custódia requisito de garantia para a prisão, que não resta superado pela conversão do flagrante em preventiva. Em temas fundamentais ao processo – e a prisão talvez seja aquele que mais diretamente atinja a pessoa do acusado –, a forma é instrumento de garantia, inarredável pelos danosos efeitos que provoca, no caso tornando letra morta garantia de preservação pessoal assumida pelo país em compromissos internacionais e permitindo não somente a proliferação desnecessária da custódia cautelar, como impedindo o direito de contato pessoal do preso com seu juiz, assim como a constatação direta pelo magistrado das condições físicas do preso e das circunstâncias de sua prisão. Mais que forma, é garantia de preservação pessoal processualmente estabelecida em favor do cidadão.

Não obstante, por segurança jurídica, pois à sociedade desserve a compreensão diversa de justiça unipessoal do integrante de colegiado, tão somente ressalvo meu entendimento no tema e acompanho o resultado esperado e acima citado de precedentes desta Sexta Turma.

A decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls. 141/144):

Foi informado que, no dia 07/06/2019, policiais civis estavam no Posto Ipiranga quando constataram movimentação suspeita praticada pelo indivíduo chamado Douglas, que teria chegado no Posto com uma sacola e a deixou dentro do banheiro. Logo após, chegaram dois indivíduos no estabelecimento, sendo um deles o flagrado Evair, que conversaram com Douglas, também foram ao banheiro, e, após, entraram na loja de conveniência. Em razão da suspeita, os

agentes abordaram-nos, ocasião em que o indivíduo **Douglas empreendeu fuga, dispensando a quantia de R\$ 310,00 e um telefone celular. Após, foi dada voz de prisão ao suspeito Evair e foram realizadas buscas no banheiro, onde foi encontrada a quantia de 1.149 gramas de maconha.**

Oportunizada vista ao Ministério Público, esse se manifestou pelo deferimento dos pedidos.

É o brevíssimo relatório.

Passo a decidir.

Passo à análise do pedido de prisão preventiva formulado pela autoridade policial.

No mesmo sentido, tenho que a medida excepcional da prisão deve ser deferida. O fato de o investigado ter sido flagrado na ocasião da prática delitiva, já que os policiais constataram sua movimentação suspeita no banheiro do estabelecimento e, depois encontraram a droga no local comprova a existência do crime bem como são indícios suficientes de autoria.

Além disso, o crime de tráfico de entorpecentes abala sobremaneira a ordem pública, pois é catalizador de diversos outros crimes. A ordem pública, como é fato público e notório, vem sendo reiteradamente violada pelo tráfico, tendo em vista que as consequências desse delito envolvem inúmeras pessoas, bem como que a droga comercializada produz efeitos deletérios, motivos esses que fazem necessária a medida mais grave, a fim de dar uma pronta resposta à sociedade e evitar que novos fatos criminosos sejam cometidos.

Somado a isso, tenho que a segregação cautelar faz-se necessária a fim de garantir a ordem pública e ordem econômica, tendo em vista que o delito gera insegurança social, bem como que foi cometido em estabelecimento comercial.

Outrossim, além de presentes indícios de autoria e materialidade delitiva, no caso em análise, não se faz eficaz a aplicação de quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas nos incisos do artigo 319, do Código Processo Penal, já que, **consoante narrado pela autoridade policial, trata-se de indivíduo que demonstra invulgar ousadia, já que fugiu dos agentes públicos na ocasião em que foi abordado, motivo pelo qual constato que as medidas não serão suficientes para cessar a prática da traficância.**

Destarte, não sendo caso de aplicação das medidas cautelares previstas, entendo seja necessária a decretação da prisão preventiva para assegurar a ordem pública.

Pelo exposto, forte no artigo 312, do Código de Processo Penal DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA de DOUGLAS ELIAS LEANDRO DE JESUS para a garantia da ordem pública.

Como se vê, consta no decreto prisional fundamentação idônea, qual seja, *trata-se de indivíduo que demonstra invulgar ousadia, já que fugiu dos agentes públicos na ocasião em que foi abordado*, tendo sido apreendido posteriormente com o paciente 1.149 gramas de maconha.

Esta Corte Superior entende majoritariamente que a tentativa de fuga no

momento da abordagem policial, após a prática criminosa, inclusive com resistência física, perseguição em alta velocidade, e troca de tiros com agentes policiais, são circunstâncias fáticas que justificam a prisão preventiva. Conforme os seguintes precedentes: RHC 71.563/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 9/8/2016; HC 398.318/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017; HC 403.269/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 1/12/2017; RHC 74.131/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator